



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXV PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2015 Nº 2275



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico(SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às terças-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdemar Júnior (Pres.)
Dep. Wanderlei Barbosa (Vice-Pres.)
Dep. Nilton Franco
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Toinho Andrade
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres (Pres.)
Dep. Valdez Castelo Branco (Vice-Pres.)
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Ricardo Ayres
Dep. Olyntho Neto
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Cleiton Cardoso (Pres.)
Dep. Júnior Evangelista (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Amália Santana (Vice-Pres.)
Dep. Rocha Miranda
Dep. Toinho Andrade
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wanderlei Barbosa (Pres.)
Dep. Nilton Franco (Vice-Pres.)
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quintas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Rocha Miranda (Pres.)
Dep. Amélio Cayres (Vice-Pres.)
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Eduardo do Dertins

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amália Santana
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdez Castelo Branco (Pres.)
Dep. Luana Ribeiro (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Olyntho Neto
Dep. Amália Santana

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Zé Roberto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Nilton Franco (Pres.)
Dep. Olyntho Neto (Vice-Pres.)
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Valdez Castelo Branco
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Eduardo do Dertins

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às terças-feiras, às 18h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)
Dep. Eduardo do Dertins (Vice-Pres.)
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Olyntho Neto
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amália Santana (Pres.)
Dep. Valdez C. Branco (Vice-Pres.)
Dep. Eli Borges
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Nilton Franco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Toinho Andrade
Dep. José Bonifácio
Dep. Paulo Mourão

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às quintas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Vilmar de Oliveira (Pres.)
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Toinho Andrade
Dep. Eduardo Siqueira Campos

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eli Borges
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Mauro Carlesse
Dep. Amélio Cayres

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 157/ 2015

Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art.1º A Lei nº 1.287 de 28 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 78 As alíquotas do IPVA são:

I – 1,25%, para veículos terrestres utilizados no transporte de passageiros e de cargas, a seguir relacionados: 1. ônibus; 2. microônibus; 3. caminhão; 4. caminhão trator; 5. cavalos mecânicos.

II – 2% para:

a) aéreos;

b) aquáticos;

III – 2,5%, para:

a) veículos automóveis de passageiros, camionetas pick-up e furgões equipados com motor de até 100 HP de potência bruta (SEAE);

b) motocicletas e ciclomotores equipados com motor de até 180 cm³ de cilindrada;

c) adquiridos e destinados exclusivamente à locação, observado o § 1º deste artigo.

d) veículos automotores não relacionados neste artigo;

IV – 3,5%, para:

a) veículos automóveis de passageiros, camionetas pick-up e furgões equipados com motor acima de 100 HP de potência bruta (SEAE);

b) motocicletas e ciclomotores equipados com motor acima de 180 cm³ de cilindrada.

§ 1º A alíquota prevista no inciso III, alínea “c”, deste artigo, somente é aplicada a veículo destinado à locação quando operado por empresa com ramo de atividade econômica de locação de veículos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, estamos tomando a iniciativa de encaminhar para apreciação desta Casa de Leis o presente Projeto de Lei, para atender e regular as alíquotas do IPVA, em consonância com a Governadoria do Estado, conforme estabelecem os termos da Emenda Constitucional nº 25, de 21 de dezembro de 2011.

Entrementes, vale repetir que a atualização de tributos é legalmente permitida, a fim de não caracterizar renúncia de receita, sendo que a renúncia de receita pode ser penalizada.

A arrecadação a maior a ser obtida com a introdução de cálculos atualizados do IPVA, deverá ser investida em

recuperação de infraestrutura do Estado, no que tange à recuperação de estradas e demais necessidades prementes da administração, ou seja do Poder Executivo.

Diante da crise econômica que assola o País e nosso Estado do Tocantins, a Assembleia Legislativa não pode se omitir, devendo portanto, sempre que necessários fazer os ajustes pertinentes para garantir a funcionalidade dos serviços públicos e acima de tudo o bem estar da População.

Assim sendo e isto posto, Senhores Deputados, temos certeza de que possamos contar com o tirocínio de Vossas Excelências, no sentido de compreender a necessidade da tomada de providências inadiáveis por este Poder e pelo Executivo Estadual, visando a atualização dos valores do IPVA, o que favorece economicamente o Estado e seus proprietários, mas por outro lado vai onerá-los a menor e com mais justiça.

Rogamos, por conseguinte, Especial Regime de Urgência para apreciação do Projeto de Lei em epígrafe, o qual esperamos seja aprovado.

Sala de Sessões, 4 de novembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

Deputada AMÁLIA SANTANA

Deputado AMÉLIO CAYRES

Deputado CLEITON CARDOSO

Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Deputado EDUARDO DO DERTINS

Deputado ELENIL DA PENHA

Deputado ELIBORGES

Deputado JORGE FREDERICO

Deputado JOSÉ BONIFÁCIO

Deputado JÚNIOR EVANGELISTA

Deputada LUANA RIBEIRO

Deputado MAURO CARLESSE

Deputado NILTON FRANCO

Deputado OLYNTHO NETO

Deputado PAULO MOURÃO

Deputado RICARDO AYRES

Deputado ROCHA MIRANDA

Deputado TOINHO ANDRADE

Deputado VALDEMAR JÚNIOR

Deputada VALDEREZ CASTELO BRANCO

Deputado VILMAR DE OLIVEIRA

Deputado WANDERLEY BARBOSA

Deputado ZÉ ROBERTO

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

8 de julho de 2015

Ata da Décima Terceira Sessão Extraordinária

Às vinte horas e quarenta e seis minutos do dia oito do mês de julho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense,

o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e Wanderlei Barbosa, e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eli Borges, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Toinho Andrade e Zé Roberto. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números: 1.481 a 1.483. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciadas, em turno único de discussão e votação, as Medidas Provisórias números: 5/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 153/2015, a qual, votada, foi aprovada e promulgada, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Lei número 2.979, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 11/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria, na Polícia Militar do Estado do Tocantins-PMTO, os cursos especiais que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 156/2015; a qual, votada, foi aprovada e promulgada, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Lei número 2.978, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 23/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins-CBMTO, os cursos especiais que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 222/2015, a qual, votada, foi aprovada e promulgada, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Lei número 2.981, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 38/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Institui o sistema de credenciamento de prestadores de serviços no âmbito da Administração Pública Estadual, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 138/2015, a qual, votada, foi aprovada e promulgada, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Lei número 2.980, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 41/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera os anexos IV e V da Lei número 2.317, de 30 de março de 2010, e dispositivos das Leis números 2.892 e 2.893, ambas de 19 de agosto de 2014”, que deu origem ao Processo número 248/2015, a qual, votada, foi aprovada e promulgada, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Lei número 2.982, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 01/2015, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “Concede revisão geral da remuneração do Quadro de Servidores Efetivos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 242/2015; Projeto de Lei de Conversão número 97/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, originário da Medida Provisória número 03/2015, de

autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências, que deu origem ao Processo número 62/2015; 10/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada-Proindústria, e adota outras providências, que deu origem ao Processo número 276/2015; 3/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência, que deu origem ao Processo número 152/2015; 6/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.355, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Programa Prosperar e o Fundo Prosperar, que deu origem ao Processo número 247/2015; 9/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera o art. 1º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendário-PDAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 275/2015; 10/2015, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Bom Samaritano, com atividade em Xambioá, que deu origem ao Processo número 112/2015; 22/2015, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde a afixar quadro informativo na forma que menciona, que deu origem ao Processo número 161/2015; 58/2015, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Recreativa Esportiva Pirraça Futebol Clube – Combinado/TO, que deu origem ao Processo número 254/2015; 227/2011, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Setor Planalto de Araguacema-TO-AMSPA, que deu origem ao Processo número 761/2011; o Projeto de Resolução número 10/2015, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que “Altera o art. 3º da Resolução número 255, de 8 de maio de 2007”, que deu origem ao Processo número 319/2015; os Projetos de Decretos Legislativos números: 27/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 03, de 14 de janeiro de 2015, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo 62/2015; 28/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 3, de 14 de janeiro de 2015, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo 62/2015; 29/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 3, de 14 de janeiro de 2015, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo 62/2015; 30/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 3, de 14 de janeiro de 2015, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao

Processo 62/2015; 31/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 5, de 23 de fevereiro de 2015, que “Altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração-PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo 153/2015; 32/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 5, de 23 de fevereiro de 2015, que altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração-PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo número 153/2015; 33/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 5, de 23 de fevereiro de 2015, que altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração – PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo 153/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 6/2014, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “Altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências, que deu origem ao Processo número 385/2015, o qual, votado nominalmente, foi aprovado com dezenove votos favoráveis, perfazendo um total de dezenove votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segundo turno de discussão e votação, os Projetos de Resolução números: 1/2015, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “Altera a redação do art. 78 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 185/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Resolução número 320, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para providenciar; 5/2015, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Altera a redação do art. 266 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 218/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, a Resolução número 321, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

8 de julho de 2015

Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária

Às vinte e uma horas e trinta e quatro minutos, do dia oito do mês de julho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a

proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e Wanderlei Barbosa, e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdeez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eli Borges, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Toinho Andrade e Zé Roberto. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Proposta de Emenda à Constituição número 4/2015, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso e Outros, que “Altera a redação do artigo 43 da Constituição do Estado do Tocantins”. Não havendo Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 1/2015, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “Concede revisão geral da remuneração do Quadro de Servidores Efetivos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 242/2015; Projeto de Lei de Conversão número 97/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, originário da Medida Provisória número 3/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências, que deu origem ao Processo número 62/2015; 10/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada- Proindústria, e adota outras providências, que deu origem ao Processo número 276/2015; 3/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência, que deu origem ao Processo número 152/2015; 6/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei número 1.355, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Programa Prosperar e o Fundo Prosperar, que deu origem ao Processo número 247/2015; 9/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera o art. 1º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendário-PDAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 275/2015; 10/2015, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Bom Samaritano, com atividade em Xambioá, que deu origem ao Processo número 112/2015; 22/2015, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde a afixar quadro informativo na forma que menciona”, que deu origem ao Processo número 161/2015; 58/2015, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Recreativa Esportiva Pirraça Futebol Clube-Combinado/TO, que deu origem ao Processo número 254/2015; 227/2011, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Setor Planalto de Araguacema- TO-AMSPA”, que deu origem ao Processo número 761/2011, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração

de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 10/2015, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que “Altera o art. 3º da Resolução número 255, de 8 de maio de 2007”, que deu origem ao Processo número 319/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, a Resolução número 322, de 8 de julho de 2015, e encaminhada à Secretaria para providenciar. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 6/2014, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “Altera a Lei Complementar número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 385/2015, o qual, votado nominalmente, foi aprovado com dezenove votos favoráveis, perfazendo um total de dezenove votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 27/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 03, de 16 de março de 2015, que altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 62/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 143, de 8 de julho de 2015 e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 28/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 9, de 16 de março de 2015, que altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 62/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 144, de 8 de julho de 2015 e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 29/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 17, de 16 de março de 2015, que altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 62/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 145, de 8 de julho de 2015 e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 30/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 25, de 16 de março de 2015, que altera a Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculos, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 62/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 146, de 08 de julho de 2015 e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 31/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória

número 5, de 23 de fevereiro de 2015, que altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração-PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo 153/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 147, de 8 de julho de 2015, e encaminhado à Secretaria para comunicar a autoridade competente; 32/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 16, de 23 de fevereiro de 2015, que altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração-PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo número 153/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 148, de 8 de julho de 2015, e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 33/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória número 24, de 23 de fevereiro de 2015, que altera dispositivo da Lei número 2.670, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração-PCCR do Quadro da Saúde do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo número 153/2015, o qual, votado, foi aprovado e promulgado, pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, o Decreto Legislativo número 149, de 8 de julho de 2015, e encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, encerrou o 1º Período Legislativo, da 1ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura às vinte e uma horas, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Vigésima Sexta Reunião Extraordinária 29 de setembro de 2015

Às onze horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Nilton Franco, Valdemar Júnior, Zé Roberto e da Senhora Deputada Amália Santana. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Processos números: 420/2015 e 424/2015; Nilton Franco, Processos números: 407/2015, 415/2015, 417/2015 e 438/2015; Wanderlei Barbosa, Processos números: 404/

2015 e 408/2015; Zé Roberto, Processos números: 405/2015, 416/2015 e 439/2015; e o Senhor Deputado Valdemar Júnior avocou a relatoria dos Processos números: 423/2015, 435/2015, 436/2015 e 437/2015. Na Devolução de Matérias, o Senhor Deputado Nilton Franco devolveu os Processos números: 307/2015, 310/2015 e 347/2015; e o Senhor Presidente devolveu o Processo número 343/2015, que estava com vista ao Deputado Zé Roberto e o Processo número 392/2015, relatado pelo Deputado Wanderlei Barbosa. Na Ordem do Dia, após a leitura, deliberação e aprovação dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números 310/2015, 347/2015 e 392/2015 foram encaminhados ao Plenário; os Processos números 307/2015 e 343/2015 foram encaminhados ao Arquivo; e o Senhor Presidente retificou o despacho do dia 1º de setembro de 2015, do Processo número 322/2015, e encaminhou o referido Processo ao Plenário para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária
8 de outubro de 2015

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia oito de outubro, de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Nilton Franco, Valdemar Júnior e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Processos números 445/2015 e 446/2015; e Nilton Franco, Processos números 442/2015 e 444/2015. Na Devolução de Matérias, o Senhor Deputado Zé Roberto devolveu os Processos números 250/2015 e 306/2015. Na Ordem do Dia, após a leitura, deliberação e aprovação dos respectivos pareceres, os Processos números 250/2015 e 306/2015 foram encaminhados ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.013/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Antonio Moraes Sobrinho, no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-18, no Gabinete da

Deputada **Valderez Castelo Branco**, retroativo a 1º de agosto de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.022/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Marília Pereira Mota, no cargo em comissão de Assessor de Comunicação, no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativo a 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.025/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Benedito Silvano Fernandes Junior, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, do Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.047-A/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jonh Fagner da Silva Amorim, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, no Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.051/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Leandro Pereira Mendes, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, no Gabinete do Deputado **Rocha Miranda**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.052/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Helson Barbosa de Sousa, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-17, no Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.069/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativo a 1º de setembro de 2015:

- 1) **Luanna Carneiro Tavares Teles** AP-13
- 2) **Daniel Silva Queiroz** AP-19
- 3) **Jocelline Borges Santos** AP-19

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.070/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativo a 1º de setembro de 2015:

- 1) **Ruth Borges de Lima Gomes** AP-07
- 2) **Milton Gomes da Silva Filho** AP-11
- 3) **Alfredo Barbosa Pimentel** AP-12
- 4) **Eliete Medeiros Sampaio** AP-17
- 5) **Vilene Marinho Ferreira Lima** Assessor Parlamentar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativo a 1º de setembro de 2015:

- 1) **Vilene Marinho Ferreira Lima** AP-07
- 2) **Alfredo Barbosa Pimentel** AP-13
- 3) **Eliete Medeiros Sampaio** AP-19
- 4) **Milton Gomes da Silva Filho** AP-19
- 5) **Ruth Borges de Lima Gomes** Assessor Parlamentar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.071/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Joelma Souza Fernandes, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, do Gabinete do Deputado **Ricardo Ayres**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Art. 2º NOMEÁ-LA para o cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar AP-05, da mesma lotação, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.072/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Lidiane Fonseca Coelho, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, no Gabinete do Deputado **Ricardo Ayres**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.074/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Lucas Viana Costa, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, do Gabinete do Deputado **Junior Evangelista**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de setembro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.084/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Djalma Parente Cardoso Souza, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Presidência, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.085/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Antonio Costa Povoá, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Presidência, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.089/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Rafael Nishimura, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Art. 2º NOMEÁ-LO para o cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar AP-12, da mesma lotação, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.094/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Deolinda Maria Siqueira, do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete do Líder do Governo, do Gabinete do Deputado **Paulo Mourão**, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Art. 2º NOMEÁ-LA para o cargo, em comissão, de Assessor de Gabinete das Comissões Permanentes, da mesma lotação, retroativo a 1º de setembro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.094-A/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Caique Alan Alves de Siqueira, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14, no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativo a 1º de agosto de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.096/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Karla de Freitas Leda Barros, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, do Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.097/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Silvio Luis Sobrinho, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-13, no Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.098/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|------------------------------------|-------|
| 1) Ana Cláudia Gomes da Luz | AP-19 |
| 2) Antonio Filho Ferreira da Silva | AP-19 |
| 3) João Batista Costa Almeida | AP-19 |
| 4) José Edvaldo Moura Silva | AP-19 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.099/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- 1) Pablo Almeida Barreto AP-19
- 2) Carlos Magno de Sousa Pereira AP-19
- 3) Irismar de Freitas Santos AP-19
- 4) Leila Almeida Morão AP-19

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.100/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|-------------------------------------|-------|
| 1) Evania da Silva Menezes | AP-10 |
| 2) Edson Costa de Sousa | AP-11 |
| 3) Antonio Monteiro da Silva | AP-19 |
| 4) Isaac Campos Aguiar | AP-19 |
| 5) José Bento Mendes Silva | AP-19 |
| 6) Joyce Rodrigues Aragão | AP-19 |
| 7) Leonice Pereira Martins Siqueira | AP-19 |
| 8) Wendy Cristina Gomes | AP-19 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.101/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|-------------------------------------|-------|
| 1) Antonia Ferreira de Oliveira | AP-14 |
| 2) Edneuzza Rodrigues da Silva Lima | AP-19 |
| 3) Hipólito da Silva Carvalho | AP-19 |
| 4) Leonardo Viegas Rinaldi | AP-19 |
| 5) Marcos Ferreira de Andrade | AP-19 |
| 6) Pedro Moreira de Brito | AP-19 |
| 7) Raquel Damares Gomes dos Santos | AP-19 |
| 8) Saulo Milhomem da Silva | AP-19 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.102/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|--------------------------------|-------|
| 1) Bianca Fernandes dos Santos | AP-10 |
| 2) Diana Pereira de Castro | AP-19 |

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|--------------------------------|-------|
| 1) Bianca Fernandes dos Santos | AP-07 |
| 2) Diana Pereira de Castro | AP-14 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.105/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Valdemar Junior**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1) Breno Ramon Lacerda Neres | AP-10 |
| 2) Rodrigo Neres Lompa | AP-10 |
| 3) Marisa Florencio Martins | AP-13 |
| 4) Karine de Oliveira Aguiar Lins | AP-19 |
| 5) Natalino Pereira dos Santos | AP-19 |
| 6) Anna Paula Rodrigues Dias | Auxiliar Legislativo das Comissões Permanentes |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.109/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Wanderlei Barbosa**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| 1) Ailton Vieira de Oliveira | AP-15 |
| 2) Sostenes Freire Cavalcante Teles | Assessor de Gabinete das Comissões Permanentes |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.110/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Wanderlei Barbosa**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|----------------------------|--|
| 1) Perques Leonel Batista | AP-15 |
| 2) Jorlenio Menezes Santos | Assessor de Gabinete das Comissões Permanentes |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.115/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete da Deputada **Amália Santana**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|------------------------------------|-------|
| 1) Maurílio Monteiro dos Santos | AP-14 |
| 2) Diego Soares Ferreira | AP-19 |
| 3) Francisco Carlos Dias | AP-19 |
| 4) Francisco Elvis Silva Lauriano | AP-19 |
| 5) Giovana Neves da Cruz | AP-19 |
| 6) Maria Senhora Carvalho da Silva | AP-19 |
| 7) Samara Osilia Azevedo de Paula | AP-19 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.116/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete da Deputada **Amália Santana**, retroativo a 1º de outubro de 2015:

- | | |
|------------------------------------|-------|
| 1) Eduardo Jeronimo Ribeiro | AP-14 |
| 2) Airton Carlos da Silva | AP-19 |
| 3) Aparecida Tiago de Almeida | AP-19 |
| 4) Benício Antonio Chaim | AP-19 |
| 5) Breno Gomes Bezerra | AP-19 |
| 6) Fabrizioo Soares Souza | AP-19 |
| 7) Maria Abadia de Oliveira Araujo | AP-19 |

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.117/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Raul Mariano Ferreira dos Santos**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, do Gabinete da Deputada **Amália Santana**, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Art. 2º NOMEÁ-LO para o cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar AP-18, da mesma lotação, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.118/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Patrick Simão de Oliveira**, do cargo em comissão de Diretor de Publicidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado

do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.119/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Marlene Soares Barros Oliveira**, no cargo em comissão de Diretor de Publicidade da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.120/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Tasso Antônio Cavalcante Passos**, do cargo em comissão de Auxiliar Legislativo da Presidência, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.121/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Dilvania da Rocha Cavalcante**, para o cargo em comissão de Auxiliar Legislativo da Presidência, retroativo a 1º de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

Deputado OSIRES DAMASO
Presidente

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (PTB)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (SD)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PRTB)

Luana Ribeiro (PR)

Mauro Carlesse (PTB)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (DEM)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PMDB)

Toinho Andrade PSD

Valdemar Júnior (PSD)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)



DOE

SANGUE!

VOCE PODE

SALVAR VIDAS!

PROCURE O **HEMOTO** DIRETORIA DE SAÚDE
Hemorrede do Estado do Tocantins